



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0013928-18.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigações**  
 Requerente: **Marcio Donizeti Galvin e outro**  
 Requerido: **Carlos Alberto Magalhães**  
 Juiz de Direito: Dr. **Milton Coutinho Gordo**

### CONCLUSÃO

Em 11 de setembro de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, **Dr. MILTON COUTINHO GORDO**.

Eu, Isabel Ednise Pozzi Furlan, escrevente, subscrevi.

**Nº de Ordem: 1438/13**

### VISTOS

**MARCIO DONIZETI GALVIN e APARECIDA SIRLEY DAGUANO** ajuizaram Ação de **COBRANÇA** em face de **CARLOS ALBERTO MAGALHÃES**, todos devidamente qualificados.

Aduzem os requerentes, em síntese, que em meados de outubro de 2011 iniciaram a edificação de uma residência na parte da frente do terreno de propriedade do Requerido. Alegam que em dezembro do mesmo ano passaram a viver ali. Ocorre que no final de março de 2013, o Requerido os expulsou da casa. Gastaram aproximadamente R\$ 15.000,00 para edificar a obra que está alugada para outra família, oferecendo renda extra para o Requerido. Buscam a procedência da ação, com a condenação do Requerido ao pagamento da dívida mencionada.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

A inicial está instruída por documentos de fls. 05/13.

Devidamente citado, o requerido apresentou contestação sustentando em síntese, que: 1) tal conflito deu-se em razão do filho da Requerente ser dependente químico; 2) foi instituído contrato de comodato verbal, com a obrigação dos Requerentes procederem com a instalação da cobertura, estabelecendo moradia por prazo indeterminado; 3) o imóvel foi emprestado aos Requerentes em comodato; com a desocupação ficou resolvido o contrato, não assistindo o direito ressarcimento com as despesas de uso e gozo. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls.28/29

As partes foram instadas a produzir provas, pelo despacho de fls. 30. Os Requerentes pediram a oitiva de testemunhas e a prova pericial judicial. O Requerido pediu a oitiva de testemunhas.

**É o relatório.**

**DECIDO.**

Antecipo o julgamento escudado no art. 401 do CPC.

Os autores vêm a juízo pleiteando a condenação do réu ao ressarcimento de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a pretexto de terem construído no imóvel a ele pertencente (e com sua autorização) uma “residência”.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Em tese, a súplica é cabível (a respeito cf. RT 896/330).

Ocorre que a prova amealhada (poucos pedidos de material e comprovante de pagamento) e aquela pretendida (meros testemunhos de "ouvi dizer") não dão sustentáculo a referida pretensão.

De gastos efetivos, os autores provaram apenas **R\$ 540,00** (fls. 13).

Quem constrói uma residência, por mais modesta que seja, deve, no mínimo guardar os comprovantes de contratação e pagamento de mão de obra e materiais (que não são poucos), além de possuir as plantas básicas e croquis sintético.....

Outrossim, testemunhas depõem sobre  fatos sendo irrelevante ao desate da controvérsia a prova indireta, conhecida como de "ouvi dizer" sinalizada a fls. 42.

Diverso seria o destino da LIDE se os autores tivessem testigos aptas a informar, por conhecimento próprio, as circunstâncias sinalizadas no despacho de fls. 45, o que não ocorre.

Nem mesmo se sabe o valor da edificação, suas características, etc.

Por fim a própria inicial relata que as obras demoraram apenas dois (02) meses, tempo claramente insuficiente para construção de uma residência.

\*\*\*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial.

Sucumbentes arcarão os requerentes com as custas, despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor dado à causa, observando-se o disposto no art. 12 da lei 1060/50.

**P.R.I.**

São Carlos, 19 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**